

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

No que se refere a associação criada por policiais militares, a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que

- Ⓐ sua criação e sua dissolução dependem de lei autorizativa.
- Ⓑ suas atividades podem ser suspensas independentemente de decisão judicial.
- Ⓒ podem ser compulsoriamente dissolvidas após decisão judicial com trânsito em julgado.
- Ⓓ suas atividades podem ser suspensas após decisão judicial com trânsito em julgado.
- Ⓔ podem ser compulsoriamente dissolvidas independentemente de decisão judicial.

Questão 2

No estado de Rondônia, entrou em vigor lei estadual que impõe a prestação de serviço de segurança em estacionamento a toda pessoa física ou jurídica que disponibilize local para estacionamento.

Nessa situação hipotética, considerando-se que o tema objeto da lei concerne ao direito civil, é correto afirmar que

- Ⓐ caberia à União legislar sobre o tema, visto que a competência é exclusiva desse ente federativo.
- Ⓑ pode o estado de Rondônia legislar sobre o tema, visto que a competência é concorrente com os demais entes da Federação.
- Ⓒ pode o estado de Rondônia legislar sobre o tema, visto que a competência é privativa dos estados.
- Ⓓ pode o estado de Rondônia legislar sobre o tema, visto que a competência é exclusiva dos estados.
- Ⓔ caberia à União legislar sobre o tema, visto que a competência é privativa desse ente federativo.

Questão 3

Em determinado estado da Federação, entraram em vigor três leis estaduais, de iniciativa de um deputado estadual: a primeira prevê a concessão de anistia a servidores públicos que foram punidos por terem participado de movimentos reivindicatórios; a segunda dispõe sobre as cargas horárias diária e semanal de servidores públicos da saúde do próprio estado-membro; e a terceira altera os critérios de transferência para a reserva, reforma e elegibilidade de policiais militares do próprio estado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a CF e com o entendimento do Supremo Tribunal Federal,

- Ⓐ as três leis são inconstitucionais.
- Ⓑ nenhuma dessas leis é inconstitucional.
- Ⓒ apenas a primeira e a segunda leis são inconstitucionais.
- Ⓓ apenas a segunda e a terceira leis são inconstitucionais.
- Ⓔ apenas a primeira e a terceira leis são inconstitucionais.

Questão 4

O presidente da República publicou três decretos federais: o decreto A dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração federal, sem implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; o decreto B dispõe sobre a extinção de cargo público vago; e o decreto C, sobre a criação de cargo público.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente a matéria do decreto B é de competência privativa do presidente da República.
- Ⓑ As matérias desses três decretos são de competência privativa do presidente da República.
- Ⓒ Somente as matérias dos decretos B e C são de competência privativa do presidente da República.
- Ⓓ Somente as matérias dos decretos A e C são de competência privativa do presidente da República.
- Ⓔ Somente as matérias dos decretos A e B são de competência privativa do presidente da República.

Questão 5

Considere os seguintes dispositivos da CF.

- I “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”
- II “Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um (...)”
- III “Art. 5.º (...) IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;”

Entre os dispositivos apresentados, pode(m) ser considerado(s) norma(s) programática(s) o(s) dispositivo(s) reproduzido(s) no(s) item(ns)

- Ⓐ III, apenas.
- Ⓑ I e II, apenas.
- Ⓒ I e III, apenas.
- Ⓓ II e III, apenas.
- Ⓔ I, II e III.

Questão 6

Conforme a CF, um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais é o princípio da não intervenção. Essa previsão de abstenção estatal abrange intervenções

- Ⓐ militares, apenas.
- Ⓑ políticas e militares, apenas.
- Ⓒ políticas, econômicas, militares e culturais.
- Ⓓ econômicas e culturais, apenas.
- Ⓔ políticas, econômicas e militares, apenas.

Questão 7

Um membro de tribunal de contas de estado que cometer crime de responsabilidade será processado e julgado, originariamente,

- Ⓐ pelo juiz de primeira instância estadual local.
- Ⓑ pelo tribunal de contas do estado.
- Ⓒ pelo tribunal de justiça do estado.
- Ⓓ pela assembleia legislativa do estado.
- Ⓔ pelo Superior Tribunal de Justiça.

Questão 8

A execução de atividades de defesa civil é, segundo a Constituição do Estado de Rondônia, atribuição

- A** da Polícia Militar e da Polícia Civil.
- B** da Polícia Militar e dos agentes de segurança viária.
- C** do Corpo de Bombeiros Militar e dos agentes de segurança viária.
- D** da Polícia Civil e dos agentes de segurança viária.
- E** do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar.

Questão 9

Os membros do Ministério Público da União e os do Ministério Público do estado X divergiram quanto a quem deveria atuar em um caso relativo ao cometimento de infrações penais durante uma operação policial no estado X.

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, será competente para dirimir esse conflito de atribuições o

- A** Superior Tribunal de Justiça.
- B** Supremo Tribunal Federal.
- C** procurador-geral da República.
- D** Conselho Nacional do Ministério Público.
- E** procurador-geral do estado onde ocorreu a operação policial.

Questão 10

Segundo a Constituição do Estado de Rondônia, em tempo de paz, um policial militar do estado só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo

- A** comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia.
- B** governador do estado.
- C** conselho de justificação.
- D** tribunal especial constituído.
- E** Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

DIREITO PENAL**Questão 11**

O princípio da legalidade desdobra-se em alguns subprincípios, entre os quais se incluem

- A** reserva legal, culpabilidade e anterioridade.
- B** reserva legal, culpabilidade e retributividade.
- C** reserva legal, retributividade e anterioridade.
- D** culpabilidade, retributividade e taxatividade.
- E** reserva legal, anterioridade e taxatividade.

Questão 12

Nas situações de conflito aparente de leis penais, havendo a incidência de dois tipos penais no mesmo fato, ambos com violação ao mesmo bem jurídico, mas em graus distintos (relação de menor e maior gravidade), deve-se resolver o conflito a partir da aplicação do princípio da

- A** alternatividade.
- B** absorção.
- C** taxatividade.
- D** consunção.
- E** subsidiariedade.

Questão 13

A respeito da aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- A** É possível a aplicação combinada de leis, com vistas à aplicação do resultado mais benéfico ao acusado, desde que ao fato típico sobrevenha lei com algumas disposições mais favoráveis ao réu.
- B** Para fins de definição da aplicação de lei penal no tempo, deve ser considerado o momento da ação ou omissão, e não o momento do resultado.
- C** Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução da pena, ainda que se mantenham os efeitos penais secundários da sentença condenatória.
- D** A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado antes ou depois de sua vigência.
- E** A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Questão 14

O concurso de agentes é caracterizado como a reunião de pessoas para cometimento de um crime com unidade de desígnios (crime como fato coletivo) e pode se dar de modo eventual ou necessário, mediante condutas paralelas, convergentes ou contrapostas dos agentes. Considerando as informações apresentadas, assinale a opção correta em relação às condições que caracterizam os crimes plurissubjetivos de condutas paralelas.

- A** Há concurso de agentes necessário e os agentes visam à produção do mesmo resultado.
- B** Há concurso de agentes necessário e o resultado pressupõe o encontro (reunião física) dos agentes.
- C** Há concurso de agentes necessário e os agentes executam condutas que se desenvolvem umas contra as outras.
- D** Há concurso de agentes eventual e os agentes executam condutas que se desenvolvem umas contra as outras.
- E** Há concurso de agentes eventual e os agentes visam à produção do mesmo resultado.

Questão 15

A caracterização do concurso de pessoas prescinde de

- A** pluralidade de participantes.
- B** ajuste prévio entre os agentes.
- C** pluralidade de condutas.
- D** relevância causal de cada conduta.
- E** liame subjetivo entre os agentes.

Questão 16

Em relação à Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019), assinale a opção correta.

- A) Qualquer servidor público, civil ou militar, ou pessoa a ele equiparada, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de território, pode ser sujeito ativo, não compreendendo os agentes políticos, porquanto submetidos a lei própria.
- B) Para os efeitos da Lei n.º 13.869/2019, é agente público aquele que, mediante remuneração, exerce, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade pública.
- C) Os crimes previstos na Lei n.º 13.869/2019 são de ação penal pública condicionada à representação da vítima, admitida a ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal.
- D) Os crimes de abuso de autoridade possuem elemento subjetivo especial, qual seja, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, o fato de serem praticados por mero capricho ou satisfação pessoal.
- E) A perda do cargo, do mandato ou da função pública é efeito automático da condenação por crime de abuso de autoridade.

Questão 17

Configura o crime de falsidade ideológica (CP, art. 299) a conduta de

- A) falsificar, no todo ou em parte, documento particular verdadeiro.
- B) alterar o teor de atestado verdadeiro, para prova de fato juridicamente relevante, que habilite alguém a obter qualquer outra vantagem.
- C) omitir, em documento particular, declaração que dele devia constar, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- D) dar, o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso, com o fim de lucro.
- E) ocultar, em benefício próprio, documento particular verdadeiro, de que não podia dispor.

Questão 18

Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto

- A) não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência ou autoria do crime.
- B) o agente cumprir pena no Brasil ou no exterior.
- C) o agente estiver preso por outro motivo.
- D) não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.
- E) houver pendência de embargos de declaração ou de recursos aos tribunais superiores, mesmo que inadmissíveis.

Questão 19

Configura crime de condescendência criminosa (CP, art. 320) o ato do funcionário público que

- A) facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- B) abandona o cargo público, fora dos casos permitidos em lei.
- C) deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- D) deixa de responsabilizar, por indulgência, subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- E) patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

Questão 20

Em relação aos crimes em licitações e contratos administrativos, inseridos no Capítulo II-B do Título XI do Código Penal pela Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- A) As penas aplicadas aos fatos anteriores à nova lei e julgados com base na Lei n.º 8.666/1993 devem ser extintas, ante a revogação de todos os tipos penais dela constantes, que foram objeto de *abolitio criminis* pela nova lei.
- B) Não há possibilidade de punição dos crimes da nova lei a título culposo.
- C) O condenado terá direito a progressão de regime no cumprimento da pena independentemente da reparação do dano ou da devolução do produto do ilícito, ante a independência das instâncias criminal, civil e administrativa.
- D) A pena de multa se submete ao teto de dois por cento do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- E) Não é admissível acordo de não persecução penal por força de vedação legal expressa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 21**

Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta, segundo o Código de Processo Penal.

- A) O ofendido somente poderá requerer a instauração de inquérito policial caso se trate de crime de ação penal pública condicionada à representação ou privada.
- B) A autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito quando não constatar indícios veementes de autoria ou materialidade da infração penal.
- C) A instauração do inquérito policial nos crimes de ação penal privada independe de requerimento.
- D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.
- E) O ofendido poderá requerer a instauração de inquérito policial nos crimes de ação penal pública, bem como especificar as diligências que entender pertinentes, as quais serão realizadas ou não a juízo da autoridade.

Questão 22

A autoridade policial instaurou inquérito para apurar a prática do crime de roubo, cujo julgamento é de competência da justiça comum estadual. Ainda durante as investigações, representou à autoridade judicial pela prisão preventiva do suspeito, a qual foi prontamente deferida e em seguida executada.

Nessa situação hipotética, segundo o Código de Processo Penal, o prazo para conclusão do inquérito, em regra, será de

- A) 15 dias, contados a partir da data da instauração do inquérito.
- B) 10 dias, contados a partir da data da efetivação da prisão.
- C) 15 dias, contados a partir da data da efetivação da prisão.
- D) 10 dias, contados a partir da data da instauração do inquérito.
- E) 30 dias, contados a partir da data da efetivação da prisão.

Questão 23

Em relação à ação penal, assinale a opção correta, segundo o Código de Processo Penal.

- Ⓐ O direito de representação do ofendido se extingue com a sua morte.
- Ⓑ O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos os demais, sem que produza, todavia, efeito em relação àquele que o recusar.
- Ⓒ O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, mediante declaração escrita, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público ou à autoridade policial.
- Ⓓ A representação será irretroatável depois de apresentada à autoridade policial.
- Ⓔ Será admitida ação privada nos crimes de ação pública se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la, não podendo, contudo, apresentar recurso.

Questão 24

Em 5/5/2022, Antônio, morador de Porto Velho – RO, comprou um computador pela Internet e fez o pagamento mediante transferência bancária dirigida a uma instituição financeira localizada em São Paulo – SP. Após a operação, Antônio descobriu que o anúncio era falso. Foi instaurado inquérito e, durante as investigações, o juízo de Porto Velho – RO, a pedido do membro do Ministério Público, declinou da competência em favor de uma das varas criminais de São Paulo – SP, onde foi suscitado conflito de competência.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que especifica, respectivamente, o órgão competente para julgamento do conflito de competência e o foro competente para processamento e julgamento da ação penal relativa ao fato narrado.

- Ⓐ Supremo Tribunal Federal — São Paulo
- Ⓑ Supremo Tribunal Federal — Porto Velho
- Ⓒ Superior Tribunal de Justiça — Porto Velho
- Ⓓ Superior Tribunal de Justiça — São Paulo
- Ⓔ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo — Porto Velho

Questão 25

De acordo com a Lei n.º 9.296/1996, a interceptação telefônica

- Ⓐ pode ser requerida pela autoridade policial durante a fase de instrução processual.
- Ⓑ correrá nos mesmos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- Ⓒ pode ser autorizada pelo membro do Ministério Público, a requerimento da autoridade policial.
- Ⓓ não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios disponíveis.
- Ⓔ não poderá ser requerida verbalmente.

Questão 26

O Ministério Público ofereceu denúncia contra determinada sociedade empresária, imputando-lhe a prática de crime ambiental. A ação penal foi distribuída à vara criminal de um juiz que é sócio da referida sociedade empresária.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ está caracterizado o impedimento desse magistrado, o que somente poderá ser reconhecido se arguido por alguma das partes.
- Ⓑ está caracterizada a suspeição desse magistrado, a qual poderá ser reconhecida de ofício ou mediante provocação das partes.
- Ⓒ não se caracteriza suspeição nem impedimento desse magistrado, que deverá ser imparcial no julgamento da ação.
- Ⓓ não se caracteriza suspeição nem impedimento desse magistrado, salvo se ele for administrador da sociedade.
- Ⓔ está caracterizada a suspeição desse magistrado, a qual somente poderá ser reconhecida mediante provocação das partes.

Questão 27

Consoante o Código de Processo Penal, a prisão preventiva

- Ⓐ poderá ser decretada a requerimento do assistente da acusação apenas na fase de inquérito.
- Ⓑ poderá ser decretada a requerimento do assistente da acusação em qualquer fase da investigação ou da ação penal.
- Ⓒ não poderá ser decretada a requerimento do assistente da acusação.
- Ⓓ poderá ser decretada a requerimento do assistente da acusação apenas na fase da ação penal.
- Ⓔ não poderá ser decretada a requerimento do assistente da acusação, salvo no caso de ação penal privada.

Questão 28

No processo penal, a fiança

- Ⓐ somente poderá ser concedida pela autoridade policial nos casos de infração punível com pena privativa de liberdade mínima inferior a quatro anos.
- Ⓑ consiste em depósito de dinheiro, vedada a utilização de metais preciosos, títulos de dívida ou cheque para sua liquidação.
- Ⓒ é definitiva e não poderá ter seu valor aumentado após o pagamento, sob pena de violação ao ato jurídico perfeito.
- Ⓓ servirá para o pagamento das custas processuais, da indenização pelo dano, da prestação pecuniária ou da multa, salvo se reconhecida a prescrição após a sentença condenatória.
- Ⓔ será julgada quebrada se o afiançado praticar nova infração penal dolosa.

Questão 29

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *habeas corpus*

- Ⓐ é cabível quando a alegada coação for relativa a processo em curso por infração penal punível unicamente com multa.
- Ⓑ pode ser impetrado por qualquer pessoa, bem como pelo Ministério Público, vedada a sua concessão de ofício pelo órgão judiciário.
- Ⓒ é cabível quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- Ⓓ pode ser concedido em caráter preventivo, hipótese em que será dado salvo-conduto ao paciente.
- Ⓔ é cabível contra a decisão de exclusão de militar.

Questão 30

A competência para julgar o comandante da Marinha do Brasil por eventual cometimento de crime comum é do

- A Superior Tribunal Militar.
- B Supremo Tribunal Federal.
- C Superior Tribunal de Justiça.
- D Tribunal Regional Federal.
- E juízo de primeira instância.

**LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL
PENAL EXTRAVAGANTE**

Questão 31

A luz da Lei n.º 2.889/1956, que define o crime de genocídio, assinale a opção correta.

- A É prevista causa de aumento de pena na hipótese de a incitação ao genocídio ser praticada contra criança.
- B A pena pelo crime de incitação ao genocídio será a mesma do crime incitado, se este se consumir.
- C A tentativa de genocídio é punida com a mesma pena da modalidade consumada.
- D Constitui crime de genocídio constringer alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.
- E Os crimes de que trata a lei citada podem ser considerados crimes políticos para efeitos de extradição.

Questão 32

A respeito do crime de tortura, previsto na Lei n.º 9.455/1997, e considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- A O crime de tortura é inafiançável, imprescritível e suscetível de graça e anistia.
- B O bem jurídico protegido pela referida lei é somente a saúde física e psicológica das pessoas.
- C O delito de tortura-castigo (tortura vingativa ou intimidatória) é crime próprio.
- D Quem se omite em face das condutas descritas como tortura, quando no dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na mesma pena de quem as pratica.
- E A condenação de funcionário público pela prática de crime de tortura acarreta a perda do cargo e a interdição para o seu exercício pelo prazo exatamente correspondente ao da pena aplicada.

Questão 33

Acerca dos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, assinale a opção correta, considerando as previsões da Lei n.º 7.716/1989 e a posição do Supremo Tribunal Federal.

- A O crime de racismo abrange as condutas homofóbicas e transfóbicas, devendo a referida lei ser aplicada até a edição de norma específica pelo Poder Legislativo.
- B Não se admite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, por expressa vedação legal.
- C A simples utilização da cruz suástica em vestuários, por si só, configura crime previsto nessa lei.
- D É punível a prática de racismo culposo.
- E Incide causa de aumento de pena de 1/6 a 1/3 caso os crimes previstos na lei de referência sejam praticados contra criança ou gestante.

Questão 34

Considerando os crimes hediondos, assinale a opção correta.

- A O crime de estupro praticado com violência presumida não é considerado hediondo.
- B A pena pela prática de crime hediondo será cumprida em regime integralmente fechado.
- C A posse ou o porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é considerado crime hediondo.
- D O partícipe de crime hediondo praticado por pluralidade de pessoas que denunciar os comparsas à autoridade judicial, de modo a possibilitar o desmantelamento da organização, terá sua pena reduzida, desde que não seja reincidente.
- E O crime de associação para o tráfico é considerado hediondo.

Questão 35

Com base na Lei n.º 12.850/2013, assinale a opção correta acerca de organização criminosa.

- A A perda do cargo constitui efeito automático da condenação transitada em julgado de funcionário público integrante de organização criminosa.
- B A colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, é admitida até a fase de instrução processual.
- C A promoção de organização criminosa não constitui um tipo penal incriminador autônomo, mas apenas um modo de praticar crimes.
- D Havendo indícios de crime praticado por organização criminosa, o delegado de polícia, após autorização do Ministério Público, poderá determinar a infiltração de agentes de polícia em tarefa de investigação.
- E É requisito indispensável para a configuração da organização criminosa a estrutura ordenada, caracterizada pela divisão formal de tarefas entre os seus integrantes.

Questão 36

Da decisão de rejeição da denúncia nos juizados especiais criminais cabe

- A apelação.
- B agravo de instrumento.
- C mandado de segurança.
- D *habeas corpus*.
- E recurso em sentido estrito.

Questão 37

Tendo como referência as regras do procedimento sumaríssimo criminal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

- A Havendo ações penais em curso contra o denunciado, é facultada ao juiz a concessão da suspensão condicional do processo.
- B Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- C A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- D Excepcionalmente, é admitida a citação por edital no procedimento sumaríssimo criminal.
- E É inconstitucional norma estadual que preveja a possibilidade da lavratura de termos circunstanciados pela polícia militar e pelo corpo de bombeiros militar.

Questão 38

No tocante aos crimes de trânsito, assinale a opção correta segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e o entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ A influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência é circunstância que sempre agrava as penalidades aplicadas aos agentes de crimes de trânsito.
- Ⓑ É inconstitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito.
- Ⓒ O fato de o autor de homicídio culposo na direção de veículo automotor estar com a carteira nacional de habilitação vencida é causa especial de aumento de pena prevista no CTB.
- Ⓓ É constitucional o tipo penal que prevê o crime de fuga do local do acidente.
- Ⓔ Aplica-se o instituto do arrependimento posterior para o homicídio culposo na direção de veículo, desde que tenha sido realizada composição civil entre o autor do crime e a família da vítima.

Questão 39

Com referência aos crimes contra o meio ambiente, assinale a opção correta.

- Ⓐ O crime de mutilação de cães e gatos é considerado de menor potencial ofensivo, admitindo-se transação penal.
- Ⓑ A conduta de ter em depósito substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos, é crime de perigo concreto que depende de prova pericial.
- Ⓒ A ausência de antecedentes criminais é uma circunstância que sempre atenua a pena daqueles que praticam crime ambiental.
- Ⓓ Não configura crime o abate de animal quando realizado, entre outras hipóteses, em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.
- Ⓔ Não é possível a responsabilidade criminal de pessoa jurídica por crime ambiental.

Questão 40

Assinale a opção correta de acordo com o Estatuto do Desarmamento.

- Ⓐ Cabe à Polícia Federal autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito.
- Ⓑ Aquele que possui ou mantém sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência, pratica crime de porte ilegal de arma de fogo.
- Ⓒ Pratica o crime de comércio irregular de arma de fogo quem favorece a entrada ou saída de arma de fogo, acessório ou munição do território nacional, a qualquer título, sem autorização da autoridade competente.
- Ⓓ O porte de arma branca é infração penal prevista no Estatuto do Desarmamento.
- Ⓔ É atípica a conduta daquele que porta, na forma de pingente, munição desacompanhada de arma.

Questão 41

Túlio, agente de polícia civil, recebeu ordem para investigar a venda de entorpecentes em um *shopping center*. O delegado responsável orientou Túlio no sentido de não agir, num primeiro momento, em relação aos portadores e vendedores de drogas, com o objetivo de identificar e responsabilizar um maior número de integrantes de operações de tráfico e de distribuição.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de crime de associação para o tráfico de drogas, a ação controlada pode ser deferida pela autoridade judiciária sem a oitiva do Ministério Público.
- Ⓑ A Lei de Drogas e a lei que trata de crime organizado (Lei n.º 12.850/2013) preveem os mesmos requisitos para a ação controlada.
- Ⓒ A não atuação policial em relação aos portadores de drogas não possui amparo legal em nenhuma hipótese, além de constituir crime de prevaricação.
- Ⓓ A ação controlada nos crimes previstos na Lei de Drogas independe de autorização judicial.
- Ⓔ A ação controlada no crime de tráfico de drogas, atendidos os demais requisitos legais, é admitida em qualquer fase da persecução penal.

Questão 42

Considerando o entendimento dos tribunais superiores no que tange à Lei de Drogas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Eventual condenação anterior por porte de droga para consumo próprio configura reincidência.
- Ⓑ O fato de o réu responder a inquéritos policiais constitui fundamentação idônea para se negar a aplicação da causa de diminuição de pena pelo tráfico privilegiado.
- Ⓒ A majorante do tráfico transnacional de drogas configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, desde que consumada a transposição de fronteiras.
- Ⓓ O benefício da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos pode ser concedido, mesmo aos condenados por tráfico de drogas, se preenchidos os requisitos previstos no Código Penal.
- Ⓔ Tráfico privilegiado é crime hediondo.

Questão 43

Aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem,

- Ⓐ pratica conduta atípica.
- Ⓑ está sujeito à pena de reclusão.
- Ⓒ pratica crime equiparado ao uso de drogas.
- Ⓓ pratica crime de menor potencial ofensivo, motivo por que se aplica o procedimento do juizado especial criminal.
- Ⓔ pratica crime hediondo.

Questão 44

A luz da Lei Maria da Penha e do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ A violência patrimonial não é tutelada pela Lei Maria da Penha.
- Ⓑ O descumprimento de decisão judicial que defira medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha somente configura fato típico caso a decisão tenha sido proferida por juiz com competência criminal.
- Ⓒ A Lei Maria da Penha é aplicável às mulheres transexuais em situação de violência doméstica.
- Ⓓ É possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ao condenado por contravenção penal contra a mulher praticada com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico, desde que se trate de réu primário.
- Ⓔ Aplica-se o princípio da insignificância apenas às contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

Questão 45

Segundo a Lei Maria da Penha, constatada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor poderá ser afastado do lar. Nessa hipótese, a medida protetiva de afastamento poderá ser concedida

- A) pela guarda municipal.
- B) apenas pela autoridade judicial.
- C) por membro do Ministério Público.
- D) pelo delegado de polícia, caso o município não seja sede de comarca.
- E) pelo Conselho de Proteção das Mulheres.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 46**

Quando empregada para designar os órgãos e entes que desempenham atividade administrativa, a expressão administração pública tem sentido

- A) subjetivo ou orgânico.
- B) político.
- C) funcional.
- D) objetivo.
- E) dinâmico ou contemporâneo.

Questão 47

As fontes do direito administrativo brasileiro incluem

- I a Constituição Federal.
- II a jurisprudência.
- III as leis.
- IV a doutrina jurídica.
- V as normas regulamentares de Estados estrangeiros.

Estão certos apenas os itens

- A) I e III.
- B) II e V.
- C) I, IV e V.
- D) I, II, III e IV.
- E) II, III, IV e V.

Questão 48

Por ter praticado infração fiscal, José foi autuado, de forma válida, pela servidora pública Mariana. Posteriormente, ele tomou posse em cargo que lhe permitiu remover Mariana de sua lotação, visando não ao interesse público, mas à retaliação da servidora.

Nessa situação hipotética, o ato administrativo de remoção da servidora poderá ser julgado defeituoso por

- A) incompetência.
- B) excesso de poder.
- C) vício relativo à finalidade.
- D) vício de forma.
- E) excesso de motivação.

Questão 49

Quanto à decadência administrativa, assinale a opção correta.

- A) Situações inconstitucionais devem consolidar-se após o decurso do prazo legal de impugnação, devido à necessidade de segurança jurídica.
- B) Uma vez constatada situação ilegal, a administração pública deve, imediatamente, mesmo que de forma unilateral, declarar a invalidade do ato administrativo.
- C) O prazo legal comum após o qual se consuma a decadência administrativa é de dez anos.
- D) A decadência caracteriza-se por jamais comportar possibilidade de interrupção ou suspensão do prazo correspondente.
- E) Se comprovar má-fé do administrado, a administração pública poderá anular o respectivo ato administrativo, mesmo que já decorridos cinco anos de sua prática.

Questão 50

Ao restringir direitos individuais em nome do interesse público, sobretudo de forma preventiva e com caráter de autoexecutoriedade, a administração pública exerce

- A) atividade de polícia judiciária.
- B) atividade disciplinar.
- C) poder hierárquico.
- D) poder de polícia.
- E) poder regulamentar.

Questão 51

Acerca do uso e do abuso de poder na administração pública, assinale a opção correta.

- A) O exercício de poder por agentes públicos é considerado prerrogativa e, ao mesmo tempo, privilégio.
- B) Os atos que o agente público, no exercício do cargo, praticar com uso do poder que a lei lhe confere serão atribuíveis diretamente à sua pessoa física.
- C) Violação da proporcionalidade do exercício do poder e uso desarrazoado de força contra administrados são formas de abuso de poder.
- D) O controle judicial do abuso de poder deve dar-se sempre por meio de ações cíveis, como o mandado de segurança.
- E) Só se configura abuso de poder quando a administração pública age de forma comissiva.

Questão 52

Em relação ao princípio administrativo da publicidade, assinale a opção correta.

- A) A publicidade dos atos do poder público deve ser irrestrita.
- B) Sem a devida publicação, os atos do poder público não podem ser considerados completos.
- C) A publicidade legalmente assegurada a um ato administrativo circunscreve-se ao ato propriamente dito, sem abranger seus atos preparatórios e sua motivação.
- D) Apenas pessoas com interesse subjetivo específico, o qual deve ser exposto como fundamento de eventual pedido de acesso a informação, têm direito a obter informações sobre atos do poder público.
- E) A publicidade de atos, obras e serviços públicos é amparada constitucionalmente, mas não é autorizado o emprego de símbolos ou imagens com finalidade de promoção individual de gestores públicos.

Questão 53

Pedro, soldado da Polícia Militar do Estado de Rondônia, conduzia viatura quando, por desatenção, colidiu contra automóvel de propriedade da cidadã Rosa, causando-lhe danos materiais.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, relativa à responsabilidade civil do Estado.

- A) Caso queira ajuizar ação para reparar o dano que sofreu, Rosa deverá promovê-la contra o estado de Rondônia, e não contra a pessoa do soldado Pedro.
- B) Se Rosa propuser ação apenas contra o estado de Rondônia, isso afastará a possibilidade de o soldado Pedro ser posteriormente responsabilizado pelo evento.
- C) Caso ajuíze ação para reparar o dano que sofreu, Rosa somente terá sucesso nessa demanda se conseguir demonstrar culpa ou dolo do soldado Pedro na condução da viatura.
- D) Ainda que o estado de Rondônia provasse que o acidente fora causado por culpa exclusiva de Rosa, ele deveria responder pelos danos causados ao automóvel dela.
- E) Em casos como o narrado, não há necessidade de dano para que se configure responsabilidade civil do Estado.

Questão 54

A respeito do direito de regresso na responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para haver direito de regresso do Estado contra agente público causador de dano, é necessário que o dolo ou a culpa deste conste expressamente na própria ação judicial em que o Estado tenha sido condenado.
- Ⓑ Mesmo sem relação de causa e efeito entre o dano e a conduta do agente público, pode-se configurar a responsabilidade deste.
- Ⓒ Não há direito de regresso do Estado contra agente público se o ato praticado por este não tiver sido doloso ou culposo e se o Estado não tiver sido compelido a indenizar o dano decorrente de tal ato.
- Ⓓ As regras sobre responsabilidade civil e direito de regresso no direito administrativo são, basicamente, as mesmas vigentes no direito civil.
- Ⓔ A promoção de ação regressiva contra agente público causador de dano é faculdade que se caracteriza como exercício de poder discricionário do Estado.

Questão 55

Assinale a opção correta relativamente aos recursos administrativos e aos meios de provocar o controle exercido pela administração pública.

- Ⓐ Recursos administrativos podem ter efeito suspensivo.
- Ⓑ A fim de evitar manobras protelatórias, a administração pública pode exigir depósito prévio como condição para admitir recurso administrativo.
- Ⓒ Recurso hierárquico próprio é aquele em que o interessado pede à autoridade administrativa autora de determinado ato que o reveja e o modifique.
- Ⓓ Tecnicamente, representação é o meio pelo qual cidadãos podem levar a conhecimento da administração pública apenas a prática de crime.
- Ⓔ Em termos gerais, a prescrição administrativa ocorre no prazo de dez anos da prática do ato, ressalvada a possibilidade de interrupção.

Questão 56

Considerando a ação popular como meio de controle judicial da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tanto pessoas físicas quanto jurídicas são legitimadas a propor ação popular.
- Ⓑ Em regra, não cabe ação popular contra decisão judicial, ainda que esta seja contrária à lei e lesiva ao patrimônio público.
- Ⓒ A ocorrência de impacto patrimonial de um ato administrativo no erário é fator necessário e suficiente para procedência de ação popular.
- Ⓓ Vícios de forma são, em princípio, sanáveis, de modo que não configuram fundamento idôneo para procedência de pedido de ação popular.
- Ⓔ Em virtude de sua destinação constitucional, o Ministério Público é órgão legitimado a promover ação popular.

Questão 57

No que diz respeito ao regime da improbidade administrativa, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992.

- Ⓐ As formas de improbidade administrativa por ofensa aos princípios da administração pública encontram-se definidas na Lei n.º 8.429/1992 de forma não exaustiva.
- Ⓑ Agente público que se recusar a apresentar periodicamente declaração de bens à autoridade competente pode ser punido com suspensão de até noventa dias.
- Ⓒ Servidor público que pratique ato de improbidade administrativa somente pode receber pena de demissão após condenação judicial.
- Ⓓ Caso o autor de ato ímprobo faleça antes de iniciar o cumprimento das sanções de reparação do dano e multa civil, seus herdeiros deverão responder por tais sanções, até o limite da herança.
- Ⓔ A proteção da probidade administrativa contida na Lei n.º 8.429/1992 abrange determinadas entidades privadas.

Questão 58

Tendo como referência as regras acerca do processo administrativo dispostas na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- Ⓐ O prazo genérico para a interposição de recurso administrativo é de quinze dias úteis, contados da comunicação do ato ao interessado.
- Ⓑ Apenas as partes de determinado processo administrativo têm legitimidade para recorrer de decisões nele proferidas.
- Ⓒ Súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal, por sua natureza judicial, não se aplicam aos processos administrativos.
- Ⓓ Não obstante o compromisso da administração pública com o princípio da legalidade, quando parte interessada requerer revisão de decisão administrativa, a administração não poderá, com base na revisão, proferir decisão mais severa.
- Ⓔ Em virtude do princípio do impulso oficial, que obriga a administração pública a agir quando provocada, não há prazo para que ela julgue recursos administrativos.

Questão 59

A respeito da fase externa do pregão, assinale a opção correta, conforme o regime da Lei n.º 10.520/2002.

- Ⓐ A convocação de interessados ocorrerá, necessariamente, mediante publicação de aviso na imprensa oficial.
- Ⓑ A apresentação de documentos pelos licitantes em pregão deve ocorrer independentemente de sua prévia inserção nos sistemas de cadastramento de fornecedores.
- Ⓒ A circunstância de um licitante apresentar a menor proposta em pregão não lhe dá direito, necessariamente, de obter adjudicação do objeto do contrato.
- Ⓓ O prazo para a apresentação de propostas em pregão não deve ser inferior a trinta dias.
- Ⓔ Na sessão destinada ao pregão, os interessados ou seus representantes devem, de imediato, apresentar os documentos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Questão 60

De acordo com o Decreto n.º 7.892/2013, que regulamenta o sistema de registro de preços, a licitação para registro de preços

- Ⓐ poderá ocorrer na modalidade de concorrência ou de pregão.
- Ⓑ deverá ocorrer na modalidade de concorrência.
- Ⓒ deverá ocorrer na modalidade de pregão.
- Ⓓ poderá ocorrer na modalidade de tomada de preços.
- Ⓔ poderá ocorrer na modalidade de convite.

DIREITO PENAL MILITAR**Questão 61**

Assinale a opção em que a conduta correspondente a um tipo penal determinado será considerada crime militar, conforme a lei penal castrense.

- A** Civil que furta material bélico de batalhão de polícia militar.
- B** Cabo fardado, porém fora de serviço, que agride verbalmente esposa civil em sua residência.
- C** Capitão que, na função de professor de instituição de ensino superior privada, comete assédio sexual contra estudante.
- D** Sargento que, valendo-se da condição de policial militar, integra organização criminosa, ainda que o crime esteja previsto em lei penal comum.
- E** Soldado com porte de drogas ilícitas para consumo pessoal em sua residência.

Questão 62

Acerca do tempo e do local do crime na lei penal militar, são adotadas, respectivamente, as teorias

- A** da atividade e do resultado.
- B** da atividade e da ubiquidade.
- C** da ubiquidade e do resultado.
- D** do resultado e da ubiquidade.
- E** do resultado e da atividade.

Questão 63

Suponha-se que uma viatura da polícia militar, ocupada pelos sargentos de mesma turma Aécio e Bira e o novato soldado Cleber, tenha sido destacada para responder a um chamado de populares. Durante a abordagem, Aécio, que comandava o procedimento, ordenou ao soldado Cleber que agredisse fisicamente um dos populares, já devidamente contido.

Considerando-se a situação exposta, de acordo com a lei penal castrense,

- A** o sargento Aécio e o soldado Cleber, caso ele cumpra a ordem direta de seu superior, deverão responder criminalmente pela conduta.
- B** o sargento Aécio não poderá ser considerado superior ao sargento Bira por serem de mesmas graduação e turma.
- C** o sargento Aécio não poderá ser responsabilizado caso o soldado Cleber atenda à ordem imediata, em virtude da adoção da teoria finalista da ação.
- D** o soldado Cleber não poderá resistir à ordem do sargento Aécio, já que o princípio da hierarquia veda a insubordinação e o descumprimento de ordem direta de superior no exercício da função.
- E** o sargento Aécio é o único que responderá criminalmente, pois o soldado Cleber terá agido em estrita obediência à ordem direta de seu superior, o que exclui a culpabilidade.

Questão 64

O policial militar que se excede, usando a força por meios ainda que desnecessários para garantir a restauração da ordem e dos direitos de envolvidos, em legítima defesa de terceiro, diante de situação capaz de provocar intensa perturbação de ânimo,

- A** não deverá ser punido, em razão de excesso escusável.
- B** deverá ser punido, na medida do excesso, por dolo ou culpa, a depender do caso concreto.
- C** não deverá ser punido, em razão de excesso acidental.
- D** deverá ser punido com atenuação, em razão de excesso doloso.
- E** deverá ser punido em razão do excesso culposos, se o fato do excesso for punível a título de culpa.

Questão 65

A respeito da inimputabilidade penal e da medida de segurança diante da aplicação da pena na lei penal militar, é correto afirmar que

- A** o semi-imputável será direcionado a tratamento curativo ou terapêutico, conforme sua condição, vedada a aplicação de pena privativa de liberdade.
- B** a embriaguez culposa é causa de diminuição de pena.
- C** a depressão é causa supralegal de inimputabilidade e autoriza a aplicação de medida de segurança.
- D** o reconhecimento da condição de semi-imputabilidade do réu não afasta a responsabilização penal, mas obsta a aplicação de medida de segurança.
- E** a violenta emoção não exclui a imputabilidade, mas poderá servir de atenuante, quando provocada injustamente pela vítima.

Caso hipotético 1A06-I

Suponha que João seja policial e atue disfarçado em atividade de inteligência e que, após suspeitar de ter sido identificado por um traficante perigoso da cidade, convença seus colegas Flávio e Geraldo a matá-lo. Considere, ainda, que, como o traficante servia de fonte imediata de informação a João, para o plano funcionar, Flávio, que não era conhecido do traficante, o tenha atraído para uma emboscada. No local combinado, Geraldo estava a postos com uma arma de fogo ilegal apreendida por João em um flagrante e que não fora devidamente reportada.

Questão 66

Considerando o caso hipotético 1A06-I e supondo ter havido a consumação do crime, assinale a opção correta com fundamento na legislação castrense.

- A** Se Hélio for um militar superior aos demais nominados e estiver ciente do plano e da execução do crime, ele será considerado partícipe por omissão no crime de homicídio.
- B** Na hipótese de Geraldo ter confundido a vítima e atingido terceiro desavisado, responderá na modalidade dolosa e João, na modalidade culposa.
- C** Se Flávio for um militar superior aos demais, será considerado o líder da operação criminosa, o que resulta na aplicação de penalidade mais elevada decorrente dessa condição.
- D** Flávio será considerado partícipe de somenos importância.
- E** Ainda que não tenha participado dos atos executórios, apenas João incide em elemento que agrava a pena quanto ao concurso de agentes.

Questão 67

Levando em conta a situação hipotética 1A06-I e considerando que, de imediato, ao chegar ao local da emboscada e percebê-la, o traficante se evadiu, de modo que Geraldo sequer tenha efetuado disparos, mesmo com a arma de fogo em punho, é correto afirmar, com base na legislação penal militar, que

- A** Geraldo é impunível por estar obedecendo à ordem de superior hierárquico.
- B** a tentativa de homicídio ficou caracterizada no caso em comento.
- C** a tentativa de homicídio não se caracterizou, mas subsiste o crime relativo à arma de fogo ilegal.
- D** a desistência voluntária de Geraldo ficou configurada, já que não houve disparo.
- E** a situação de crime impossível ficou configurada no caso em análise.

Questão 68

Em tempos de paz, na lei penal militar, a aplicação, a militar, de pena privativa de liberdade superior a dois anos deverá ser cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil. Nesse contexto, considerando o estudo das penas, assinale a opção correta.

- A** O apenado militar que esteja em penitenciária comum estará sujeito ao regime da legislação penal militar.
- B** O tempo de prisão provisória, mesmo que em decorrência de outro crime, desde que reconhecido o excesso de tempo em decisão irrecorrível e posterior ao crime da condenação, será computado na pena privativa de liberdade.
- C** O civil condenado a pena aplicada em crime militar cumprirá a pena nos mesmos termos do militar.
- D** A condenação de praça da polícia militar a pena superior a dois anos implica, de imediato, a exclusão dele da corporação.
- E** A execução de pena de condenado a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos poderá ser suspensa por quatro a seis anos, desde que preenchidos os requisitos de natureza subjetiva.

Questão 69

A pena acessória de perda do posto e da patente

- A** será automática, independentemente de pena, quando o militar estadual for condenado pelo tribunal do júri.
- B** aplica-se apenas a praças e a oficiais das forças armadas, quando se tratar de pena privativa de liberdade superior a dois anos.
- C** será declarada pelo juiz, de ofício, em sentença condenatória cuja pena seja superior a quatro anos.
- D** dependerá de julgamento próprio por tribunal competente.
- E** será aplicada ao militar estadual quando declarada, em sentença condenatória irrecorrível, sua indignidade para o oficialato.

Questão 70

Na conclusão de inquérito policial militar, verificada a ocorrência da extinção da punibilidade em razão da prescrição, poderá o encarregado solicitar ao juiz competente que ordene o confisco de bens particulares do então investigado, desde que consistam em coisas

- A** ocultas ou desaparecidas, quando serviram de instrumento do crime.
- B** de valor significativo ou de utilidade às atividades militares.
- C** que sejam, por direito, de terceiro de boa-fé.
- D** que constituam proveito auferido ou produto da prática do crime.
- E** que foram utilizadas para a prática de ilícito.

Questão 71

Comete o crime de deserção o militar que

- A** inicia serviço de natureza privada, quando a intenção do agente é expressamente a mobilidade profissional.
- B** se ausenta, por mais de oito dias, sem licença para tanto, de onde serve ou de onde deve permanecer.
- C** deixa de comparecer à unidade onde serve, sem licença, dispensa ou justa causa.
- D** deixa de se apresentar à missão ou de desempenhá-la, quando lhe foi confiada.
- E** deixa de se apresentar à incorporação, no prazo estipulado, quando convocado.

Questão 72

Considere-se que o soldado Quércia, aproveitando-se das férias de um colega de alojamento, o qual havia deixado seu mais novo e caro par de coturnos debaixo da cama — de fácil acesso, portanto —, teria dele feito uso, sem ciência do colega, durante, somente, o período de ausência do colega, por trinta dias.

Nesse caso, considerando-se o agente como primário e que ele tenha restituído o objeto antes de instaurada a ação penal, o soldado Quércia

- A** não praticou crime, dada a sua intenção de apenas fazer uso temporário do objeto.
- B** praticou o crime de furto de uso, apesar do intenso uso e da devolução alterada do objeto.
- C** praticou o crime de apropriação indébita, pois o objeto estava em espaço de uso compartilhado.
- D** praticou o crime de furto simples, dada a extensão temporal e a esperável alteração do objeto pelo uso.
- E** praticou o crime de receptação, em razão do proveito próprio com a aquisição do objeto usado.

Caso hipotético 1A06-II

No curso de determinada investigação hipotética, foram coletadas informações acerca das condutas criminosas a seguir descritas. Os cabos Loureiro e Moura, junto ao sargento Plínio, atuavam costumeiramente em patrulha ostensiva e davam enfoque à criminalidade de drogas. Em algumas situações — sem autorização judicial e sem conhecimento dos superiores imediatos —, parte das drogas apreendidas nas ocorrências não era registrada em auto de apreensão e apresentação no auto de prisão em flagrante delito ou no inquérito policial, pois seriam utilizadas pelo grupo como recurso de pagamento a informantes, que eram também traficantes de drogas na região e que se utilizavam de informações privilegiadas sobre a distribuição de drogas na cidade para “entregar concorrentes” à polícia.

Questão 73

Considerando-se a situação hipotética 1A06-II, após diligências diversas, inclusive o cumprimento de mandados de busca e apreensão tanto no alojamento de cabos e soldados como também nas residências dos envolvidos, ficou constatado que o grupo utilizava o armário do cabo Loureiro para ter, em depósito, as drogas das operações ilegais e que o sargento Plínio, sem indício de participação dos cabos, utilizava sua própria residência para guardar as drogas da mesma fonte criminosa e repassá-las a outros traficantes para revendê-las. Nesse contexto,

- A** apenas o sargento Plínio comete crime, e os cabos Loureiro e Moura agem no estrito cumprimento do dever legal de reprimir a criminalidade de drogas da região.
- B** aos cabos Loureiro e Moura, o juiz, considerando a gravidade das condutas, poderá aplicar, analogicamente, o tipo penal do tráfico de drogas da lei penal militar combinado com a pena do crime de tráfico da lei penal comum, haja vista que essa é mais gravosa que aquela.
- C** tratando-se de crime de autoria coletiva necessária, o líder será o superior, no caso, o sargento Plínio, independentemente de exercer liderança de fato ou não.
- D** os cabos Loureiro e Moura responderão pelo crime de tráfico de drogas previsto na lei penal militar e o sargento Plínio responderá tanto pelo crime de tráfico de drogas previsto na lei comum quanto pelo crime conforme a lei militar.
- E** acolhida eventual tese defensiva do cabo Loureiro de que as drogas, em seu armário do alojamento, eram para consumo pessoal, o tipo penal passaria a ser o crime de porte para consumo pessoal da lei penal comum.

Questão 74

Levando em conta a situação hipotética 1A06-II e considerando, ainda, que, em determinado dia, durante a patrulha ostensiva, o grupo tenha flagrado um de seus informantes com porção significativa de drogas, situação em que o cabo Moura tenha exigido do criminoso as drogas e certo valor em dinheiro para deixá-lo livre, é correto afirmar que o militar praticou o crime de

- A corrupção passiva.
- B desvio.
- C corrupção ativa.
- D excesso de exação.
- E concussão.

Questão 75

Ainda com base nos fatos na situação hipotética 1A06-II, considerando-se que o cabo Loureiro, ao saber que a investigação se teria iniciado a partir da informação do tenente Nilson, a quem o cabo inicialmente confiava, resolveu desacatá-lo na sua condição de superior hierárquico e, em seguida, ainda no interior do batalhão, desferiu socos no agora inimigo, o que veio a provocar nele lesões corporais de natureza grave.

A respeito do crime de desacato a superior e do crime de lesão corporal, segundo os critérios de classificação dos crimes militares, são, respectivamente, crime

- A militar por extensão e crime impropriamente militar.
- B propriamente militar e crime propriamente militar.
- C propriamente militar e crime impropriamente militar.
- D impropriamente militar e crime impropriamente militar.
- E propriamente militar e crime militar por extensão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**Questão 76**

Suponha que determinado soldado tenha-se ausentado, sem licença, da unidade militar em que servia, consumando o crime de deserção no dia 5 de outubro de certo ano. Nesse caso, o dia em que a autoridade militar competente verificou a falta e ausência desse soldado foi

- A 25 de setembro.
- B 27 de setembro.
- C 26 de setembro.
- D 28 de setembro.
- E 24 de setembro.

Questão 77

Acerca dos processos especiais dispostos no Código de Processo Penal Militar, assinale a opção correta.

- A O desertor que não for julgado dentro de sessenta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, será colocado em liberdade, não obstante tenha dado causa ao retardamento do processo.
- B No segundo dia do período de graça, o comandante ou o chefe da respectiva organização militar mandará inventariar o material deixado pelo ausente, com a assistência de três testemunhas idôneas.
- C O desertor sem estabilidade ou o insubmisso, apresentando-se voluntariamente ou sendo capturado, mesmo que seja julgado inapto para o serviço militar em inspeção de saúde, não poderá ser isento do processo.
- D O termo de deserção assinado por uma testemunha não gera nulidade apta a torná-lo inválido, pois tal hipótese cinge-se a mera irregularidade administrativa procedimental.
- E O insubmisso que se apresentar ou for capturado não terá direito à menagem.

Questão 78

Acerca do inquérito policial militar, da ação penal militar e da denúncia, assinale a opção correta.

- A De ofício, portaria poderá iniciar o inquérito penal militar, desde que não se tome como base denúncia anônima.
- B O inquérito deverá terminar dentro do prazo de dez dias, contados a partir do dia seguinte em que se executar a ordem de prisão, ou, quando o indiciado estiver solto, no prazo de quarenta dias, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- C O magistrado poderá retificar a denúncia no momento de seu recebimento.
- D Servidor da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar que for investigado em inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal no exercício profissional poderá constituir defensor no prazo de até 24 horas, a contar do recebimento da citação.
- E Se o acusado estiver solto, a denúncia deverá ser oferecida dentro do prazo de quinze dias; se ele estiver preso, deverá ser oferecida denúncia dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquela finalidade.

Questão 79

No tocante às medidas preventivas e assecuratórias, bem como ao incidente de insanidade mental do acusado, assinale a opção correta.

- A Busca domiciliar poderá ser realizada de dia ou de noite, dispensando-se o consentimento do morador.
- B Haja vista a dignidade humana do periciado, a apresentação do laudo pericial deve-se dar em 45 dias, prazo esse improrrogável.
- C A revista depende de mandado quando determinada no curso da busca domiciliar.
- D Em se tratando de coisa apreendida com um terceiro de boa-fé e pedida por ele, pelo acusado ou por lesado, havendo dúvida sobre a sua propriedade, a autoridade judiciária militar exercerá juízo de discricionariedade ao nomear depositário idôneo para a guarda de tal coisa.
- E A perícia para verificação de insanidade mental do acusado será realizada apenas em fase processual, podendo ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador ou do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do acusado.

Questão 80

Assinale a opção correta acerca das nulidades e dos recursos.

- A Em atenção ao princípio da segurança jurídica, não será admitida, em nenhum caso, a reiteração do pedido de revisão criminal.
- B As nulidades ocorridas depois do período das alegações escritas poderão ser arguidas somente na fase do julgamento.
- C Exceto os recursos em sentido estrito interpostos contra decisões sobre matéria de competência, extinção da ação penal ou concessão de livramento condicional, os demais recursos em sentido estrito não são dotados de efeito suspensivo.
- D A apelação será interposta por petição escrita no prazo de cinco dias e, depois do seu recebimento pelo juiz, as razões recursais serão ofertadas, no prazo de cinco dias, pelo apelante e pelo apelado.
- E As partes poderão oferecer embargos apenas depois de intimadas do acórdão.

Questão 81

No que concerne à prisão, à menagem e à liberdade provisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos casos de crimes cuja pena máxima privativa de liberdade não exceda quatro anos, o juiz poderá conceder menagem, devendo o *parquet* se manifestar, no prazo de cinco dias, sobre a concessão de tal medida.
- Ⓑ Segundo entendimento do Superior Tribunal Militar, a menagem é espécie de prisão cautelar e, salvo quando concedida em residência ou cidade, deve ser computada na pena definitiva.
- Ⓒ No caso do crime de ingresso clandestino, aplicar-se-á a liberdade provisória ao acusado caso a pena cominada não seja superior a dois anos.
- Ⓓ A menagem só será cabível ao insubmisso por força de decisão judicial, podendo ser cassada pela autoridade militar por conveniência de disciplina.
- Ⓔ A periculosidade do acusado não é fundamento para decretação de prisão preventiva.

Questão 82

A respeito do interrogatório, da confissão e das testemunhas no processo penal militar, assinale a opção correta.

- Ⓐ A defesa do acusado poderá indicar testemunhas, as quais deverão ser previamente intimadas para se apresentar no dia e na hora designados pela autoridade judicial.
- Ⓑ O interrogatório é ato judicial exclusivo do juiz e, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, deverá ser o último ato da instrução.
- Ⓒ A confissão é ato solene, público, divisível e irretroatável, sem prejuízo de o magistrado formar seu convencimento analisando o conjunto probatório.
- Ⓓ A testemunha, ao depor, poderá exprimir opiniões pessoais quando inseparáveis da narrativa fática e, em regra, deverá ser ouvida sem a presença de outra testemunha e do réu.
- Ⓔ A expedição da carta precatória para oitiva de testemunha suspenderá a instrução criminal, conforme prelecionam os corolários do contraditório e da ampla defesa.

Questão 83

No que diz respeito à execução da sentença e a seus incidentes, assinale a opção correta.

- Ⓐ O transcurso do período de prova do *sursis*, estabelecido em audiência admonitória, cumpre o requisito exigível para a declaração de extinção da punibilidade pelo indulto.
- Ⓑ O livramento condicional pode ser concedido mediante requerimento do sentenciado, de seu cônjuge ou de parente em linha reta ou colateral.
- Ⓒ É requisito para obtenção do livramento condicional o cumprimento de 1/3 da pena, se o condenado for reincidente, ou de metade da pena, se ele for réu primário.
- Ⓓ O Código de Processo Penal Militar autoriza que particular efetue a prisão de foragido da justiça militar.
- Ⓔ O Conselho de Justiça, ou o presidente do Superior Tribunal Militar, se for o caso, decidirá os incidentes de execução.

Questão 84

Considerando a organização da justiça militar da União, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz federal da justiça militar tem competência para, em decisão monocrática, manter ou relaxar prisão em flagrante e decretar, revogar ou restabelecer prisão preventiva de acusado.
- Ⓑ Compete ao juiz federal da justiça militar conceder a suspensão condicional da pena, nos termos da lei.
- Ⓒ Os conselhos de justiça são competentes para julgar *habeas corpus*, *habeas data* e mandados de segurança contra ato de autoridade militar praticado em razão da ocorrência de crime militar.
- Ⓓ O Conselho Superior de Justiça Militar é órgão de segunda instância e compõe-se de três oficiais-generais, de carreira ou da reserva convocados, e de um juiz federal da justiça militar, todos nomeados pelo presidente da República.
- Ⓔ Em caso de motivo relevante de ordem pública ou por interesse da justiça, prescindindo-se da manifestação do Superior Tribunal Militar, os Conselhos Especial e Permanente poderão funcionar fora da sede das auditorias.

Questão 85

Em relação aos sujeitos do processo penal militar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao assistente de acusação não será permitido apresentar quesitos em perícia, salvo em se tratando de exame pericial requerido pelo Ministério Público.
- Ⓑ Por estar sujeito à disciplina judiciária, durante o processo criminal o acusado graduado perderá as prerrogativas do posto de graduação.
- Ⓒ O ofendido que for corréu no mesmo processo não poderá, em nenhum caso, intervir como assistente.
- Ⓓ Não poderá defender o acusado o cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, do magistrado do membro do Ministério Público ou do escrivão.
- Ⓔ O assistente de acusação que for regularmente admitido nos autos antes da atuação de juiz ou membro do Ministério Público poderá ser excluído do feito na hipótese de gerar impedimento para o magistrado ou para o órgão acusatório.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA**Questão 86**

Acerca da evolução político-administrativa e econômica de Rondônia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A base da economia do estado de Rondônia concentra-se na atividade de mineração.
- Ⓑ A transformação de Rondônia de território federal para estado da Federação foi decorrente da promulgação da Constituição Federal de 1988 – CF.
- Ⓒ O primeiro governador do estado de Rondônia foi eleito democraticamente.
- Ⓓ A administração do Território Federal de Rondônia ficava a cargo do governo federal.
- Ⓔ A ferrovia é o principal meio de transporte da produção agrícola do estado de Rondônia.

Questão 87

No que se refere ao setor econômico da agropecuária em Rondônia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apesar dos avanços na agropecuária, Rondônia ainda é um estado que depende da importação de alimentos.
- Ⓑ A agropecuária é o setor que mais gera empregos no estado de Rondônia.
- Ⓒ A produção bovina em Rondônia é destinada ao abastecimento do mercado interno.
- Ⓓ A suinocultura é a principal atividade pecuária em Rondônia.
- Ⓔ O principal produto agrícola de exportação de Rondônia é a soja.

Questão 88

Considerando a ocupação, exploração e colonização da Amazônia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Amazônia, até o século XVI, era uma região desabitada.
- Ⓑ Os franceses foram os primeiros europeus a chegar na Amazônia.
- Ⓒ Até o início do século XX, o ouro foi o principal produto explorado na Amazônia.
- Ⓓ A Amazônia é um raro exemplo de ocupação humana e de desenvolvimento econômico sem destruição ambiental.
- Ⓔ A exploração da borracha possibilitou grandes transformações urbanas na Amazônia, principalmente em Manaus e Belém.

Questão 89

Considerando que colonização do estado de Rondônia por pessoas oriundas de outras partes do país gerou uma série de conflitos com as populações que habitavam aquele território, assinale a opção correta no que se refere a esses conflitos e às resistências ao processo de colonização.

- Ⓐ A abertura das rodovias no estado de Rondônia integrou os povos indígenas com os colonizadores de forma pacífica.
- Ⓑ Como um dos resultados das resistências dos povos indígenas, a maior parte das terras a eles pertencentes foi devidamente demarcada no estado de Rondônia.
- Ⓒ Os povos indígenas existentes em Rondônia viviam em harmonia antes da chegada dos colonos.
- Ⓓ Em virtude da pressão demográfica decorrente da colonização, muitos povos indígenas tiveram que sair de suas terras e migrar para outras áreas.
- Ⓔ A proteção efetiva das populações indígenas por parte do governo estadual solucionou os conflitos entre pessoas indígenas e pessoas não indígenas.

Questão 90

Considerando que o rio Madeira desempenha um importante papel econômico e social na região Amazônica, assinale a opção correta.

- Ⓐ Atualmente o rio Madeira é a via mais importante no transporte de cargas e pessoas na Amazônia.
- Ⓑ O maior trecho navegável do rio Madeira está localizado no estado de Rondônia.
- Ⓒ A origem do rio Madeira se encontra na Cordilheira dos Andes.
- Ⓓ A navegação do rio Madeira é utilizada principalmente para o transporte de passageiros.
- Ⓔ A não existência de hidrelétricas no rio Madeira facilita sua navegabilidade.

Questão 91

O rio Amazonas é um dos mais importantes do mundo e possui uma grande extensão navegável. Embora os portugueses e, depois, os brasileiros tenham mantido o rio fechado para a navegação estrangeira, no final do século XIX esse cenário mudou.

Considerando as informações apresentadas, assinale a opção correta em relação à abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

- Ⓐ A decisão de não abrir o rio Amazonas para a navegação internacional estava ligada a questões de preservação ambiental.
- Ⓑ A abertura do rio Amazonas à navegação internacional propiciou mais recursos econômicos e desenvolvimento para a região.
- Ⓒ Mesmo antes da abertura oficial da navegação do rio para países estrangeiros, os Estados Unidos já possuíam autorização para que seus navios navegassem pelo rio.
- Ⓓ A abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira foi decidida pelo regime republicano.
- Ⓔ Durante a época do Brasil Império, era consenso entre as elites políticas que a navegação do rio Amazonas deveria ser vedada a estrangeiros.

Questão 92

Em 1903, Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Petrópolis. Entre outros artigos, o tratado definiu que o território do Acre seria anexado ao Brasil.

Considerando o Tratado de Petrópolis e a questão acreana, assinale a opção correta.

- Ⓐ Como resultado do Tratado de Petrópolis foi criado o estado independente do Acre.
- Ⓑ No Tratado de Petrópolis foi acordado que o Brasil construiria uma estrada de ferro para facilitar a exportação de produtos bolivianos.
- Ⓒ O Tratado de Petrópolis foi intermediado pela Inglaterra, a grande potência internacional da época.
- Ⓓ A Revolução Acreana foi organizada e financiada pelo governo brasileiro.
- Ⓔ O principal interesse econômico envolvendo a questão do Acre foi a existência de ouro e prata na região.

Questão 93

A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré prometia trazer desenvolvimento e crescimento econômico para o Brasil. No entanto, a história da construção da estrada foi marcada por percalços e sua viabilidade econômica acabou não se concretizando.

Considerando a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ferrovia foi inaugurada em 1910 e encerrada em 1930, após operar durante 20 anos, gerando lucro considerável.
- Ⓑ A construção da ferrovia estava relacionada com acordos internacionais assinados entre Brasil e Bolívia.
- Ⓒ A construção da estrada de ferro foi idealizada no começo do século XX.
- Ⓓ O principal objetivo econômico da ferrovia era o transporte da safra agrícola.
- Ⓔ Em seu traçado original, a ferrovia ligaria La Paz, capital boliviana, a Manaus.

Questão 94

Dois grandes marcos da história de Rondônia no século XX foram a criação do Território Federal do Guaporé, em 1943, e a criação do estado de Rondônia, em 1981.

No que se refere ao Território Federal do Guaporé e ao estado de Rondônia, assinale a opção correta.

- A** A cidade de Vilhena foi a primeira capital do Território Federal do Guaporé.
- B** Território Federal do Guaporé surgiu de um desmembramento territorial do estado do Pará.
- C** O marechal Cândido Rondon foi o primeiro governador de Rondônia.
- D** O Território Federal do Guaporé foi o último território federal na história do Brasil.
- E** Ao longo das décadas de 1960 e 1970, houve um grande fluxo migratório em direção a Rondônia, fato que precedeu a criação do estado de Rondônia.

Questão 95

As usinas hidrelétricas do Baixo Madeira não são importantes apenas para o estado de Rondônia. A produção energética dessas usinas implicou considerável aumento na oferta nacional de energia elétrica.

Considerando as usinas do Baixo Madeira, assinale a opção correta.

- A** A construção das usinas possibilitou o aumento da pesca em suas áreas.
- B** A construção das usinas teve baixo impacto ambiental.
- C** As populações ribeirinhas foram as mais beneficiadas com a construção das usinas.
- D** As maiores usinas do Baixo Madeira são Jirau e Santo Antônio.
- E** Por questões técnicas, as usinas do Baixo Madeira não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**Questão 96**

Anderson, Ana Paula e Raquel são policiais militares do estado de Rondônia. Anderson ultrapassou dois anos em licença para tratar de interesse particular. Ana Paula ultrapassou dois anos de afastamento, agregada em virtude de ter sido empossada em cargo público civil, temporário e não eletivo da administração indireta do estado. Raquel ultrapassou dois anos em licença para tratamento de saúde de dependente legalmente reconhecido. Em todos esses casos, o período de afastamento dos militares deu-se de forma não contínua.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 5.245/2022 do estado de Rondônia, caberá transferir para a reserva remunerada

- A** Anderson, Ana Paula e Raquel.
- B** somente Anderson e Ana Paula.
- C** somente Ana Paula e Raquel.
- D** somente Ana Paula.
- E** somente Raquel e Anderson.

Questão 97

Wagner, Robson, Valter e Pedro são policiais militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia e integram quadros distintos nessa corporação.

Na mesma data no ano de 2020, Wagner, Robson e Valter, militares da ativa que possuem a mesma antiguidade no último posto e idênticos graus hierárquicos anteriores, foram promovidos ao posto de coronel.

A data de praça de Robson é anterior à de Wagner, o qual tem, em comparação com Valter, a mesma data de praça e data de nascimento posterior.

Pedro foi promovido ao posto de coronel no ano de 2019 e ingressou na inatividade no ano de 2021.

A partir dessas informações, assinale a opção em que a sequência apresentada mostra os nomes desses militares em ordem decrescente de precedência hierárquica (do mais antigo para o mais contemporâneo).

- A** Robson, Valter, Wagner e Pedro
- B** Valter, Robson, Wagner e Pedro
- C** Pedro, Valter, Robson e Wagner
- D** Wagner, Robson, Valter e Pedro
- E** Pedro, Robson, Valter e Wagner

Questão 98

Guilherme, Yuri e Vitor, policiais militares do estado de Rondônia, são réus em processo judicial, por supostamente terem praticado infrações penais em determinada operação policial no ano de 2021. No processo, Guilherme é acusado de homicídio; Yuri, de lesão corporal; e Vitor, de furto.

Nos termos da Lei n.º 1.063/2002 do estado de Rondônia, em qualquer fase do referido processo judicial, inclusive na fase recursal, o direito à indenização de assistência jurídica, caso requerida, será assegurado a

- A** Guilherme, somente.
- B** Yuri, somente.
- C** Vitor, somente.
- D** Guilherme e Yuri, somente.
- E** Yuri e Vitor, somente.

Questão 99

Assinale a opção que indica o órgão da Polícia Militar do Estado de Rondônia responsável pelo assessoramento administrativo ao comandante e ao subcomandante-geral, compreendendo a organização do apoio logístico, a elaboração da agenda, o protocolo, a escrituração de documentos e a execução das atividades administrativas.

- A** Coordenadoria de Planejamento Operacional
- B** Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
- C** Coordenadoria de Pessoal
- D** Conselho Deliberativo de Estratégia e Gestão
- E** Gabinete do Comando-Geral

Questão 100

Fábio, Sandro e Ricardo, policiais militares do estado de Rondônia, estão presumivelmente incapazes de permanecer na ativa. Fábio é major. Sandro é sargento com estabilidade assegurada. Ricardo é soldado sem estabilidade assegurada.

Nessa situação hipotética, será(ão) submetido(s) ao Conselho de Disciplina somente

- A** Fábio.
- B** Sandro.
- C** Ricardo.
- D** Fábio e Ricardo.
- E** Sandro e Ricardo.